

NERVOSO MESTRE,
DOMADOR VALENTE/
DA RIMA E DO SONETO
PORTUGUÊS
JOÃO PENHA (1839-1919) E O SEU TEMPO

COORD.
FRANCISCO TOPA
ELSA PEREIRA

**Título: *Nervoso Mestre, Domador Valente/Da Rima e do Soneto Português:
João Penha (1839-1919) e o Seu Tempo***

Coordenação: Francisco Topa, Elsa Pereira

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Imagem da capa: Composição da imagem da capa de Marta Sofia Costa a partir de fotografia de João Penha da autoria de P. Marinho, de setembro de 1900, e do jornal «A Folha», n.º 1 (1868)

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

ISBN: 978-989-8970-04-6

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-04-6/ner>

Porto, dezembro de 2018

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 — Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

AS IDEIAS DE JOÃO PENHA SOBRE ORTOGRAFIA

CLARA BARROS*

No âmbito do capítulo dedicado aos critérios observados na edição da obra de João Penha, Elsa Pereira faz uma excelente contextualização linguística da obra com uma explicitação exaustiva das características da ortografia do autor no contexto da recente reforma ortográfica de 1911. Pareceu-me acertado partir desse confronto para a minha observação dos critérios defendidos pelo autor em relação à ortografia dos seus textos. Concentrei também a minha análise no texto do artigo que foi publicado como nota final ao livro *Echos do Passado*, de 1914, onde a pretexto de justificar a grafia adotada no livro, o poeta expõe as suas teses sobre a ortografia do português e toma parte na discussão em torno da reforma.

João Penha viveu e escreveu num período de alguma anarquia no domínio da ortografia. Como afirmava Carolina Michaëlis em inícios de 1911, alguns meses antes da publicação do decreto-lei que regulamentaria a ortografia do português: «Em Portugal não há, nem houve nunca, ortografia oficial, uniforme. Só ortografias variadas, mais ou menos sensatamente regradas pelo costume e exemplo de bons autores, ou mais ou menos inçadas de erros, contradições, dislates, caprichos e idiossincrasias pessoais [...] Uma confusão magna!»¹. Era, portanto, um tempo de reforma e é pertinente uma reflexão sobre a relação dos falantes com as reformas ortográficas.

* Universidade do Porto/CITCEM; CLUP.

¹ *Apud* BARROS, 2013: 54.

As reformas são sempre novas formas convencionadas de registar os mesmos sons da língua falada numa tentativa de aproximação à realidade dos factos constantes da sua pronúncia. A ortografia quer sempre estabilizar e normalizar enquanto a parte fonética está em relação com a pronúncia e esta varia no tempo e no espaço. O desfasamento decorre frequentemente, pela diferente natureza entre a língua falada, o seu carácter natural, de que os fenómenos de evolução são parte integrante, e o carácter convencional, e racional da versão escrita da língua. Essa convencionalidade, porém, com o uso continuado, institui-se para os falantes como tradição que se torna progressivamente natural, porque como diz o aforismo «o hábito é uma segunda natureza».

As reformas podem tender a privilegiar o critério da fonética/fonologia. E tentam exercer a aproximação da língua escrita à sempre evolutiva língua falada. À partida, numa situação ideal, deveria haver um grafema, ou um dígrafo para cada fonema da língua. Mas uma grafia estritamente fonológica só tem viabilidade se existir uma tradição escrita literária muito recente². Porque com a passagem do tempo a língua sofre mudanças e essa correspondência inicial deixa de se verificar. As propostas de alteração ortográfica não são naturalmente arbitrárias e baseiam-se em critérios objetivos de diversa índole. Escrevia, já em 1885, o foneticista Gonçalves Viana: «Uma língua é um facto social; não depende do capricho de ninguém alterá-la fundamentalmente»³.

Tem de haver, portanto, critérios. As regras de uma ortografia são de carácter convencional, mas baseiam-se em critérios como o da pronúncia, o do costume e o da etimologia, em combinação mais ou menos harmónica. Como afirmava Óscar Lopes: «Não é possível uma grafia puramente sónica, nem mesmo restrita a um registo muito seletivo [...] e não é possível uma grafia etimológica, integrativa de toda a tradição cultural»⁴.

Se observarmos a ortografia do português vemos exemplos: de casos em que predomina a etimologia: a grafia do *h* e as distinções entre *x* e *ch*; *j* e *g*; *s*, *ss*, *c*, *ç*, *x*. Há também casos em que predomina o critério do costume: *e* e não *i* em *ameaça*, *amealhar*; *o* e não *u* em *cobiça*, *abolir*; *campo*, *novo*. E casos ainda em que é preponderante o respeito à pronúncia como *ato*, *ação*; *contacto*, *dicção*; *facto/fato*; *ceptro/cetro*. A grafia atual do português tem casos de descoincidência entre grafemas e realização oral com por exemplo um grafema a representar seis realizações fonéticas diferentes: *e* em *bela*, *medo*, *tenho*, *enorme*, *metia*, *cear* ou de um mesmo som com cinco letras diferentes /s/: *são*, *passo*, *cento*, *faço*, *próximo*.

As ideias de João Penha sobre a ortografia, no seu tempo, são fruto de uma análise intelectual, de uma preocupação de natureza estética com a materialidade

² Como se verifica em línguas de transmissão oral e com uma tradição literária oral, dotadas de uma convenção ortográfica muito recente como acontece por exemplo no caso da Língua Mirandesa.

³ VIANNA & ABREU, 1885: 5 (no capítulo intitulado «Princípios Jerais de toda Ortografia»).

⁴ LOPES, 1987: 129.

da língua que como poeta tão bem cultivou, mas também são em certa medida resultantes da reação emocional e afetiva, quase «umbilical» ou «visceral», que todos sentimos em relação aos factos da língua. Estes sentimentos e reflexões tornaram-se particularmente visíveis neste autor, porque toma decisões e defende uma posição no âmbito de uma acesa polémica. Elsa Pereira justifica a conservação da grafia defendida pelo autor pela sua evidente discordância em relação à reforma ortográfica em curso na época. Para fazer uma análise detalhada dos aspetos em que se encontra um desfazamento entre a grafia de João Penha e a ortografia oficial da língua portuguesa depois de 1911 vou seguir o capítulo dessa autora dedicado aos critérios ortográficos e à contextualização linguística da edição crítica e a explicitação patente nas tabelas das páginas 166-169.

Elimina consoantes geminadas cc, dd, ff, gg, ll, pp, tt. Ficam rr, ss, mm, nn	Conserva todas	Etimologia/tradição do latim e uso/costume
Supressão de algumas mudas	Conserva todas	Etimologia
Ph, rh, th, ch por p, r, f, c ou q	Conserva todo o h etimológico	Etimologia
Os sufixos e em alguns verbos substituição de z por s	Mantém a distinção e o z e critica a substituição	Tradição
Ch, x, s em final de palavra	Mantém z e condena	Tradição
I substitui y	Mantém a oscilação	Uso tradicional
Ditongos orais decrescentes i	Oscilante y ou e	Tradição uso
Ditongos orais u	Oscilante u ou o	Tradição uso
Ditongos nasais uniformização	Mantem discordantes sem acentos	Tradição uso
Distinção de palavras homófonas, acento circunflexo e acento agudo	Não segue as recomendações sistematicamente.	Tradição. Hesitações
Acento agudo nas tónicas grave nas pré-tónicas. Distinção formas verbais do presente e do perfeito	Não segue a recomendação	Tradição. Hesitações
Circunflexo para fechar a antes de nasal	Ignora	Tradição
Contração de pronomes e advérbios com preposições	Conserva a elisão com apóstrofo	Tradição
Hífen nas formas monossilábicas no presente do indicativo do verbo haver	Ignora esse emprego do hífen	Tradição
Emprego de pontos de interrogação	Adota pontualmente	
Supressão de h medial	Não adota	Tradição

Elsa Pereira conclui que o autor «refutava não apenas as normas introduzidas pela Reforma, mas sobretudo a desordem, os vários equívocos e perturbações que se seguiram à entrada em vigor do edital “resultando dahi o ficarem as cousas num estado peor que o anterior”»⁵.

Nos quinze casos de discordância com a nova ortografia, há uma clara predominância de decisões, doze, baseadas na tradição, no uso anterior. As hesitações observam-se na grafia das fricativas dentais com *s* ou com *z*, mas sobretudo no uso dos acentos, uma área em que a reforma de 1911 tendia a acrescentar elementos e não a suprimir. Não é de facto fácil assinalar com sinais diacríticos a multiplicidade de casos em que a língua portuguesa apresenta oposições de timbre vocálico; basta observar brevemente a configuração do sistema vocálico oral tónico para detetar a existência de oposições entre /a/ e /a/, entre /ɛ/ e /e/ e entre /ɔ/ e /o/. Os eruditos membros da comissão nomeada pelo governo da República, em 1910, excelentes conhecedores da língua e da sua história⁶, tentaram fazê-lo. O método escolhido foi a preconização do uso de acentos que marcariam essa diferença de timbre. Assim, estabeleceu-se que os acentos agudos e graves marcariam timbres abertos, as vogais baixas, enquanto o acento circunflexo assinalaria os timbres fechados, a realização das vogais altas; e conservava-se o til já usado tradicionalmente para marcar vogais e ditongos nasais. Sinal claro da dificuldade de utilizar uma grafia com tal abundância de diacríticos foi o progressivo abandono de diversos acentos ao longo do século XX; os sucessivos acordos feitos foram dando conta dessa evolução ortográfica. Mas a grafia anterior a 1911, a da época de João Penha, quase não utilizava acentos. Daí alguma tendência para recusar essa inovação e ignorar o uso preconizado desses sinais gráficos.

O poeta manifesta uma reação contra a reforma que vai apodando com veemência — «tola», «estúpida», «cousa grotesca», «ridícula», «indigna de escritor que se preze»⁷ — exprimindo sempre juízos de valor axiologicamente depreciativos, negativos. Identifica a ortografia «sónica»/simplificada com falta de cultura e com a escrita de carácter trivial «a phonetica, a official, aquela em que, desde ha muito, as nossas costureiras escreviam as suas cartas de namoro»⁸. Considera, portanto, que a escrita simplificada é marcada por desprestígio, sendo aceitável talvez para amanuenses e funcionários, mas imprópria

⁵ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. I, 169.

⁶ A Portaria de 15 de fevereiro de 1911, publicada no «Diário do Governo», n.º 29, de 17 de fevereiro nomeava para a Comissão eminentes académicos, especialistas de língua e de literatura como Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcellos, a que se juntaram alguns dias mais tarde José Joaquim Nunes e Augusto Epifânio da Silva Dias entre outros.

⁷ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 200.

⁸ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 200.

para os homens de letras⁹: «Felizmente nenhum dos nossos escriptores, que se prese, se submetterá a tão grotesca orthographia. Eu sou um d'elles e a prova está no que resumidamente fica exposto e em cada pagina d'este livro»¹⁰. A ortografia tradicional representa a identidade cultural e é, na sua opinião, essencial manter «os seus princípios fundamentaes, o genio proprio da língua», sem alterar o aspeto artístico. Note-se que o risco ou o perigo da nova ortografia seria a eventual alteração da arte.

Talvez se observe alguma contradição: a dimensão clássica da grafia etimológica era muito cara a João Penha que salienta a sua antiguidade secular. Louva a origem latina e grega, mas também por vezes renega formas de origem latina que classifica como uma «Lingua morta ha centenas de anos»¹¹.

É um homem do seu tempo — um tempo de escolhas, de «cada um fazer a sua ortografia». A reforma de 1911 precipitou esta necessidade de escolha. Carolina Michaëlis é talvez a filóloga que mais chama a atenção para os malefícios da escrita «anarchica»¹². E defende a simplificação da escrita de acordo com a proposta do foneticista Gonçalves Viana. Para além da vantagem pedagógica e do desenvolvimento da instrução pública também era muitas vezes referida a falta de uniformidade na grafia dos textos oficiais da Imprensa Nacional e do próprio «Diário do Governo» que eram inaceitáveis num estado moderno¹³. É de sublinhar que João Penha aceita a escrita fonética para documentos públicos oficiais ou não oficiais, e para o ensino na sua fase inicial: para os professores primários e seus alunos e provas. Mas não para os homens de letras¹⁴. A propriedade das obras literárias compreende a forma (leia-se: a forma gráfica) de que se revestem. A escrita etimológica é associada aos escritores entre os quais cita Herculano, Garrett, Castilho, Rebelo da Silva, Latino Coelho, Camilo e tantos escritores do século XIX que nela escreveram os seus livros.

A etimologia e a pronúncia em razão composta foi o compromisso assumido por Cândido de Figueiredo na sua cruzada contra a ignorância, o de uma ortografia que sem pôr totalmente de parte a «etimologya», assenta, como princípio fundamental, na pronúncia. João Penha não aceita este compromisso por o considerar baseado

⁹ Recorde-se que filólogos medievalistas como José Joaquim Nunes e Carolina Michaëlis não parecem ter problemas com a nova ortografia sónica ou de inspiração fonética. Parecem encará-la mesmo como um «regresso às origens». A época medieval, de que conhecem e estudam os textos, evidencia uma relação de maior proximidade entre a grafia e a pronúncia, apesar da adaptação da grafia do latim e de outras línguas românicas. Nesse período, é manifesta a ausência do h e de grupos consonânticos ou consoantes duplicadas. Escreve Nunes: «Pena é que a ortografia nova, que em rigor é velha, não seja compreendida por todos, ou antes, que se não queira ver a sua justeza, acabando-se de vez com os desconchavos que ainda perduram, quase sempre resultantes da ignorância, ou, o que é pior ainda, da cegueira voluntária que fecha os olhos, para não ver o que é claro e compreensível» (NUNES, 1975: 198).

¹⁰ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 207.

¹¹ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 204-205.

¹² *Apud* BARROS, 2013: 54.

¹³ Cf. BARROS, 2013: 56.

¹⁴ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 200.

num princípio falso, supondo que a palavra escrita representa a dicção articulada: «Esse systema, o de Garrett e o de quasi todos os que se têm occupado d'esta materia assentam n'um principio absolutamente falso»¹⁵. Sendo assim João Penha tende a conservar a grafia, a reagir contra a mudança. Fundamenta a sua posição em argumentos de antiguidade, de prestígio literário e cultural, esporadicamente com ligeira contradição como vimos.

Mas há também uma vertente importante de juízo de valor de natureza estética na tomada de posição de João Penha sobre a ortografia. Fala explicitamente da aparência das palavras. E do seu carácter emblemático¹⁶.

A simplificação da ortografia, de base fonética é geralmente sentida como alteração da forma integral da palavra e se há utilização de menor número de sinais gráficos, ela é sentida como uma diminuição inestética da própria palavra e é mesmo referida como nudez, ou redução a um esqueleto. Refere, por exemplo o que será a opinião e avaliação de um leitor culto na leitura de um livro com a nova ortografia: «uma procissão de figuras extravagantes, em que só com muito custo reconheceria as antigas palavras dos seus livros, dos livros dos mestres: umas, decapitadas; outras de refeitas que eram esqueléticas; outras, sem ornatos, como que nuas, ou em camisa; outras, estripadas, de ventres reentrantes; e outras enfim, transformadas em verdadeiros hieróglifos. Ou seja irreconhecíveis ou indecifráveis»¹⁷.

Há outros autores, sensivelmente contemporâneos de João Penha, que igualmente referem a alteração estética das palavras. Algumas reações à Reforma de 1911 ficaram muito conhecidas como a de Teixeira de Pascoais, na revista «Águia», quando afirma: «Na palavra lagryma a forma da letra y é lacrymal [...] substituindo-lhe o y pelo i é ofender as regras da Esthetica. Na palavra abysmo, é a forma do y que lhe dá profundidade, escuridão, mistério [...]. Escrevê-la com i latino é fechar a boca do abysmo, é transformá-lo numa superfície banal»¹⁸.

Mas também se associam à reação contra a reforma ortográfica de 1911 ideias patrióticas. A frase de Fernando Pessoa incansavelmente citada «a minha pátria é a língua portuguesa» que nos tem inspirado ao longo do tempo numa interpretação agregadora e abrangente das diversas normas da nossa língua, foi escrita num contexto de contestação, entre outros aspetos, à nova ortografia sem ípsilon. Num contexto original que a torna não expansiva ou agregadora, mas normativa. «Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, [...] a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe erra-

¹⁵ PEREIRA, ed., 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 200.

¹⁶ PEREIRA, ed., 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 206.

¹⁷ PEREIRA, ed., 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 206.

¹⁸ TEIXEIRA DE PASCOAES, 1911: 7-8.

da, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiu. Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida»¹⁹.

As reformas ortográficas são por vezes aceites racionalmente pelos escritores, mas não emocionalmente, afetivamente. No entanto, a habituação é geralmente rápida, a aquisição de novos automatismos não se faz esperar. Muitos dos detratores da reforma de 1911 foram paulatinamente usando algumas das regras. Cândido de Figueiredo vai mais longe e põe mesmo a hipótese de que João Penha poderia vir a adotar algumas. Mas a escrita do autor, como refere Elsa Pereira, não favorece essa opinião²⁰.

A conceção da língua como obra de arte está bem visível neste texto, em que João Penha expõe algumas ideias sobre a língua portuguesa e a sua ortografia: «Se [o bibliófilo] fosse também um artista, como todos o devem ser, que exigisse que a página d'um livro, pela forma selecta dos typos, e pelo harmonico conjunto das palavras, em que se respeitassem religiosamente os desenhos dos bons tempos antigos fosse uma verdadeira pintura, lançaria fóra o livro com indignação, e choraria talvez ao lembrar-se de que em paizes estrangeiros onde o que é antigo se respeita poderá agora dizer-se que o ómem português é um homem sem cabeça»²¹. À sugestão de que a ausência do grafema inicial faz com que a palavra pareça decapitada alia-se a opinião de que essa alteração seria falta de inteligência.

Em certos passos do artigo analisado o autor parece inclinar-se para a solução de compromisso entre a consideração da pronúncia e da etimologia e cita mesmo Garrett e o prefácio do poema Camões: «Sobre a orthographia (que é força cada um fazer a sua entre nós, porque não a temos) direi só que seguí sempre a etymologia *em razão composta com a pronuncia*; que accêntos só os puz onde sem eles a palavra se confundiria com outra»²², para logo adiante o acusar de não seguir o próprio sistema e «escrever com algumas grafias fantasiosas como no caso de *malditto, rôlla*»²³. Afinal critica essa solução garrettiana e também de Cândido de Figueiredo, um dos defensores da reforma, porque o compromisso de assentarem como princípio fundamental a pronúncia, sem pôr de parte a etimologia, seria baseado num falso princípio: o de que as palavras escritas representam as dicções articuladas. Ora para João Penha, como explica, as palavras são monumentos dos mais antigos e monumentos não se alteram. E qualquer alteração seria sacrilégio: «As palavras de uma lingua estão nas mesmas condições monumentaes. São desenhos convencionaes que representam

¹⁹ PESSOA, 1982: 16-17.

²⁰ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. I, 160-161.

²¹ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 206-207.

²² PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 202-203.

²³ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 203.

ideias, cousas, fixados por um accôrdo geral, e só por outro accôrdo tambem geral e secular, devido a circumstancias, por assim dizer de ordem publica, é que poderão ser alterados»²⁴. Mas, contraditoriamente, parece recusar de seguida a própria possibilidade de reforma da ortografia, condenando os que se lançarem a fazê-la: «Esse, que os altere, de motu próprio, ainda que fundado em boas razões, embora seja um philólogo, é um iconoclasta»²⁵. Não podemos deixar de notar a relação de proximidade do raciocínio justificativo entre a defesa de um acordo de natureza secular, venerando, e a classificação de «iconoclasta» dirigida aos que o quebrarem. A este termo podemos ainda associar a designação de «sacrilégio» que adiante surge para classificar as alterações ortográficas.

A defesa das soluções antigas e consuetudinárias vai ao ponto de se considerar que eventuais erros possam ser considerados aceitáveis pela sua antiguidade, como refere a propósito da formação filologicamente errada do adjetivo medroso que ninguém ousaria alterar: «e porquê? Porque em monumentos ninguém toca: medroso, permita-se-me a expressão, é uma asneira, que, por ter seculos de idade, deixou de o ser»²⁶.

A propósito de criticar as «phantasias orthographicas» em que predomina o horror ao z que alguns escritores começaram a exhibir, por uma má assimilação dos princípios defendidos por Cândido de Figueiredo — a cruzada contra a ignorância das letras, que considera sob alguns aspetos benéfica — João Penha acaba por observar o interesse pedagógico da acentuação proposta, sobretudo em fase inicial do ensino, referindo o uso do acento circunflexo, a que ironicamente chama «carapuça», para assinalar a pronúncia do timbre fechado das vogais, como se pode observar no seguinte passo: «Assim, já quasi se não vê senão pais, português, francês, inglês, com carapuça, como se um escriptor fosse mestre-escola que devesse estar a ensinar a pronuncia aos seus leitores»²⁷.

Reconhece também a eventual pertinência da supressão de consoantes mudas: «A supressão de certas consoantes, que realmente se não pronunciam, como em *lucto*, *auctor*, poderiam ainda tolerar-se, e realmente se toleram, embora assente no principio falso de que a *orthographia* é filha, ou pelo menos, irmã da *orthoépia*: quando esta nasceu, aquella tinha seculos e seculos de existência»²⁸. O reconhecimento explícito da anterioridade da pronúncia sobre a ortografia, não o impede, contudo de defender, por exemplo, a conservação das consoantes dobradas — segundo as prosódias grega e latina, mas por outros motivos, de que se destaca a invocação do prestígio etimológico das línguas clássicas. João Penha reconhece o valor de critérios de fundamentação ortográfica de diversa natureza; no caso concreto das consoantes dobradas, em latim a

²⁴ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 203.

²⁵ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 204.

²⁶ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 203.

²⁷ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 205.

²⁸ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 205.

base é o critério da pronúncia, mas em português é ao critério da etimologia ou da tradição que se recorre. Para reforçar a sua opinião convoca a autoridade de um gramático clássico da língua portuguesa «Os romanos, diz Jeronymo Soares Barbosa na sua excelente *Grammatica Philosophica*, dobravam certas consoantes porque as pronunciavam ambas.... Nós dobramol-as, umas, não por essa razão, mas porque derivam das latinas, outras, em palavras compostas cuja ultima letra se muda n'aquella por que começa a palavra a que serve de composição... e outras, finalmente, por uso e costume»²⁹.

Mas nem sempre o latim é considerado um recurso absolutamente seguro; quando debate a proposta de substituição do *z*, o «pitoresco *z*» por *s* nos sufixos — *ês*, por este se aproximar do latim, reage com uma interpelação: «A nossa língua é a latina? Se os latinos não tinham o *z* temol-o nós. A nossa subfixa, é, por convenção secular, *ez*, e, por isso é, a meu vêr, um êrro intolerável, querer substituil-o pelo sufixo de uma língua morta ha centenas de anos»³⁰.

O argumento da «criação de dúvidas» ou da «confusão» também é empunhado, sobretudo na definição da nova ortografia como um «enigma», ou «hieróglifo» que veio tornar pior o estado da escrita do português.

O argumento do modelo de outras línguas, ainda que de menor peso, é também invocado: refere a situação da ortografia da língua francesa, em que nenhum escritor apoiou o projeto de reforma ortográfica, tendo Renan afirmado que votava contra por as palavras não lhe parecerem as mesmas. Neste tema, a ironia é um forte elemento, visível quando contrasta o Português com as línguas, francesa e inglesa, que considera as duas grandes línguas mundiais e que em matéria de ortografia permanecem imutáveis; é no contexto deste contraste que alude ao atraso da situação ortográfica dessas línguas e compara a reforma em Portugal à primeira cruzada³¹.

O final do artigo é particularmente conciliador quando afirma que as explicações acerca das suas opções ortográficas não constituem ofensa a Cândido de Figueiredo nem aos outros colaboradores do «lamentável desastre». Explicita mesmo: «A todos admiro e tenho na mais alta consideração»³².

Havia certamente oscilações ortográficas no tempo de João Penha. Os autores decidiam também por isso a sua ortografia; e creio que é essa a razão de ser do artigo que analisei que o autor designa por «uma simples nota, explicativa da orthographia que adoptei: a mesma dos meus livros anteriores»³³.

A reforma de 1911 teve o mérito de querer combater a ignorância, de facilitar a instrução pública, mas criou confusão e gerou reações negativas e alguma polémica.

²⁹ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 205.

³⁰ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 204.

³¹ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 202.

³² PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 207.

³³ PEREIRA, *ed.*, 2015: vol. IV, t. I, n.º 735, 207.

O poeta João Penha reagiu como um intelectual, um homem de letras, que utilizava a língua com maestria. Mas reagiu também como qualquer português seu contemporâneo, que escrevia a sua língua de acordo com um código tradicional, de herança. Esta resposta ocorre sempre que se pretende que os falantes escrevam com novas regras. Quando se propõem reformas ortográficas os falantes têm a sensação, ou a convicção, de que as mudanças alteram a língua, até na sua versão falada. Sentem a grafia da sua língua como natural e dificilmente aceitam mudanças, mesmo bem justificadas. Raramente, porém, a alteração da escrita altera o idioma. Em caso de acréscimo de letras pode ocorrer uma nova pronúncia, artificial, que depois se torne normal; tal aconteceu em finais do século XVI nos casos de relatinização: por exemplo, as palavras *dição*, *corruto*/*corrução* foram substituídas por *dicção* e *corrupto*/*corrupção*. Mas não sempre: as consoantes acrescentadas em *fructo* ou *dapno/damno* não entraram na pronúncia normal do idioma.

João Penha reagiu então como todos nós, os falantes em geral, mas também como autor, como um artista da palavra e da língua, particularmente atingido pela fase de transitoriedade da situação ortográfica que se vivia. Atualmente, vivemos uma situação análoga. Elsa Pereira sublinha que João Penha poderia até concordar com algumas das soluções hoje preconizadas à luz do novo acordo, para a escrita de textos eruditos. De facto, há alguns aspetos da grafia defendida por João Penha que são preconizados pela reforma de finais do século XX. A explicação e justificação que apresenta para a grafia da sua obra preconiza: a supressão da acentuação em diversos casos como nas formas de 1.^a pessoa do presente e do perfeito; a ausência de hífen nas formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver*; a duplicação de consoantes nas formas aglutinadas; a ausência de algumas consoantes mudas dos grupos consonânticos meramente ortográficos. Este facto permite-nos observar como as atitudes em relação à língua e à sua forma escrita são relativas, e são condicionadas por um contexto histórico. Algumas das mais contestadas regras das bases modificadas em 1990, ou até as ainda mais contestadas de 1986³⁴, essas que arrepiam hoje os detratores das mais recentes reformas ortográficas, são aceites e praticadas por João Penha.

Em síntese: nas ideias de João Penha sobre a ortografia observamos que o poeta revela uma consciência clara da existência de critérios diversos na fundamentação das regras ortográficas e da dificuldade de os conciliar. Tende para soluções em que se verifica:

- uma recusa quase sistemática das soluções fonéticas/fonológicas, sobretudo as que implicam supressão de elementos;
- uma defesa de soluções etimológicas, que considera clássicas e portanto prestigiadas;
- mas defende sobretudo as soluções de continuidade, do uso, da tradição.

³⁴ Cf. CASTRO, 1986.

Os motivos parecem ser o respeito pelas soluções consuetudinárias e uma relação emotiva/afetiva e estética com a palavra e com a palavra escrita. E certamente também fortes convicções e um espírito indomável. Note-se que, embora respeite a etimologia e use como argumento as raízes das línguas grega e latina, também se insurge contra a demasiada subserviência à tradição das línguas clássicas. Apesar de respeitar a etimologia, privilegia a *consuetudo*, a tradição, o saber e o uso dos homens cultos e dos autores, detentores da língua literária. Assim se compreende a defesa de certos usos que ganham direitos, por séculos de tradição. Embora respeite o critério da pronúncia, manifesta, no entanto, receio de que ele ponha em risco o génio da língua, os seus princípios profundos e de que desfigure as palavras. Há sem dúvida uma preocupação com a preservação da imagem das palavras, que para o poeta é emblemática e artisticamente muito importante.

João Penha reage à reforma ortográfica, e opõe-lhe resistência. Mas interroga-se, analisa exemplos, avança argumentos como é normal e espectável neste intelectual em tempo de mudança.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Clara (2013) — *Carolina Michaëlis e a reforma ortográfica de 1911*. In DELILLE, Maria Manuela Gouveia; CORRÊA-CARDOSO, João Nuno; GREENFIELD, John, coord. — *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: a sua projecção nas artes e nas letras portuguesas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p. 59-68.
- CASTRO, Ivo (1986) — *Um juízo sobre o novo Acordo Ortográfico*. «Revista ICALP», vol. 5, p. 41-48.
- CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel, eds. (1987) — *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentários do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- GONÇALVES, Maria Filomena (1998) — *As ideias Ortográficas em Portugal: da Etimologia à Reforma (1734-1911)*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento.
- LOPES, Óscar (1987) — *O Acordo Ortográfico*. In CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel, eds — *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentários do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: Edições Sá da Costa, p. 129-133.
- MATEUS, Maria Helena (2006) — *Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa*. «Estudos da língua(gem)», vol. 3, n.º 1, p. 6-22.
- NUNES, José Joaquim Nunes (1975) — *Compêndio Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: A.M.Teixeira. A 1.ª ed. é do ano de 1919.
- PEREIRA, Elsa (2015) — *Obras de João Penha: Edição Crítica e Estudo*. Pref. de Francisco Topa. Porto: CITCEM (4 vols. 7 tt.).
- PESSOA, Fernando (1982) — *O Livro do Desassossego por Bernardo Soares*. Ed. de Jacinto do Prado Coelho Lisboa: Ática.
- TEIXEIRA DE PASCOAES (1911) — *A fisionomia das palavras*. «A Águia», 1.ª série, n.º 5 (1 de fevereiro), p. 7-8.
- VIANNA, Aniceto dos Reis Gonçalves; VASCONCELLOS, Guilherme Augusto Abreu (1885) — *Bases da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional

